



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CELULAR CRT S.A., submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Financeiras da Companhia, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.05	31.12.04		31.12.05	31.12.04
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	352.711	488.023	Pessoal, encargos e benefícios sociais	8.393	9.013
Contas a receber, líquidas	333.446	262.482	Fornecedores e contas a pagar	267.171	346.918
Estoques	33.049	105.432	Impostos, taxas e contribuições	77.102	62.158
Adiantamentos a fornecedores	1.755	3.351	Empréstimos e financiamentos	2.286	108.702
Tributos diferidos e a recuperar	160.010	166.459	Juros sobre o capital próprio e dividendos	2.419	70.889
Operações com derivativos	52	6.123	Provisão para contingências	7.071	4.718
Despesas antecipadas	27.091	21.656	Operações com derivativos	2.160	4.126
Outros ativos	21.832	26.985	Outras obrigações	58.246	69.268
	929.946	1.080.511		424.848	675.792
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Tributos diferidos e a recuperar	40.452	45.600	Empréstimos e financiamentos	140.442	159.264
Operações com derivativos	-	11.707	Provisão para contingências	2.579	2.026
Despesas antecipadas	1.849	5.917	Operações com derivativos	16.732	1.233
Outros ativos	11.306	9.355	Outras obrigações	7.678	7.853
	53.607	72.579		167.431	170.376
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	262	597	Capital social	570.453	537.163
Imobilizado, líquido	762.095	743.141	Reservas de capital	28.756	61.102
Diferido, líquido	837	506	Reservas de lucros	555.259	452.901
	763.194	744.244		1.154.468	1.051.166
TOTAL DO ATIVO	1.746.747	1.897.334	TOTAL DO PASSIVO	1.746.747	1.897.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31.12.05	31.12.04
Serviços de telecomunicações	1.431.992	1.260.413
Vendas de mercadorias	246.249	291.737
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.678.241	1.552.150
Deduções da receita bruta	(495.873)	(377.821)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.182.368	1.174.329
Custo dos serviços prestados	(334.683)	(316.229)
Custo das mercadorias vendidas	(224.154)	(302.329)
LUCRO BRUTO	623.531	555.771
Despesas com vendas	(372.884)	(266.882)
Despesas gerais e administrativas	(98.568)	(92.563)
Outras despesas operacionais	(26.174)	(23.072)
Outras receitas operacionais	38.153	50.429
Receitas (despesas) operacionais:	(459.473)	(332.088)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	164.058	223.683
Despesas financeiras	(82.561)	(73.563)
Juros sobre o capital próprio pago	(36.677)	(83.000)
Receitas financeiras	122.849	105.376
LUCRO OPERACIONAL	167.669	172.496
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(3.304)	(7.775)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	164.365	164.721
Imposto de renda e contribuição social	(59.588)	(57.101)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	104.777	107.620
Reversão dos juros sobre capital próprio	36.677	83.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	141.454	190.620
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM REAIS)	0,32	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros			Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social Realizado	Juros sobre obras em andamento	Incentivos Fiscais	Doações e Subvenções	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Lucro para Expansão	Lucros Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	503.873	2.559	253	32	91.548	24.646	320.635	943.546
Aumento de capital	33.290	-	-	-	(33.290)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	190.620	190.620
Proposta para destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	-	-	-	9.531	(9.531)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	98.089	(98.089)
Reserva de expansão	-	-	-	-	-	-	(83.000)	(83.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	537.163	2.559	253	32	58.258	34.177	418.724	1.051.166
Aumento de capital	33.290	-	-	-	(33.290)	-	-	-
Doações	-	-	-	944	-	-	-	944
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	141.454	141.454
Proposta para destinação do lucro:								
Reserva legal	-	-	-	-	-	7.073	(7.073)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(36.677)	(36.677)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	(2.419)	(2.419)
Reserva de expansão	-	-	-	-	-	-	95.285	(95.285)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	570.453	2.559	253	976	24.968	41.250	514.009	1.154.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31.12.05	31.12.04
ORIGENS DOS RECURSOS:		
Das operações:	372.987	392.904
Lucro líquido do exercício	141.454	190.620
Depreciação e amortização	221.315	205.582
Ratão da depreciação de sistemas compartilhados	(3.773)	(3.250)
Variação cambial e monetária do exigível a longo prazo	(18.822)	-
Variação cambial do realizável a longo prazo	-	549
Perda em contratos a termo e de swaps	29.741	-
Baixas do imobilizado	2.537	1.210
Provisão (reversão) da provisão de contingências	535	(2.286)
Provisão para fundo de pensão	-	479
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:	231.533	202.284
De acionistas:		
Juros sobre capital próprio e dividendos	(39.096)	(83.000)
De terceiros		
Redução tributos diferidos e a recuperar	-	2.955
Ingresso operações com derivativos	-	9.673
Reserva de capital - doações	944	-
Transferência do passivo exigível a longo prazo para o circulante	84	-
Transferência do ativo realizável a longo prazo para o circulante	40.014	32.873
Redução depósitos judiciais a longo prazo	33	-
Provisão para perda em investimento	1.035	-
	42.110	45.501
Total das Origens	376.001	355.405
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Adições ao ativo imobilizado	238.803	204.271
Adições ao diferido	560	335
Adições em investimentos	700	-
Transferência de empréstimos e operações com derivativos do passivo exigível a longo prazo para o circulante	2.084	119.051
Redução no exigível a longo prazo	242	-
Aumento do ativo realizável a longo prazo	28.413	11.694
Aumento de tributos diferidos	4.820	-
Total das Aplicações	275.622	335.351
Aumento do capital circulante líquido	100.379	20.054
Demonstração do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	1.080.511	879.776
No fim do exercício	929.946	1.080.511
Aumento (redução)	(150.565)	200.735
Passivo circulante		
No início do exercício	675.792	495.111
No fim do exercício	424.848	675.792
Aumento (redução)	(250.944)	180.681
Aumento do capital circulante líquido	100.379	20.054

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	31.12.05	31.12.04
A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos, como definido pela Instrução CVM nº 371.		
O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é como segue:		
Exercício:		31.12.05
2006		31.033
2009 em diante		9.994
Total		41.027
8. DESPESAS ANTECIPADAS		
	31.12.05	31.12.04
Taxa FISTEL	9.450	18.051
Aluguéis	258	-
Propagandas a distribuir	16.446	7.830
Encargos financeiros	-	78
Incentivos comerciais	520	1.261
Outros	2.266	353
Total	28.940	27.573
Circulante	27.091	21.656
Longo prazo	1.849	5.917

A Sociedade elaborou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos, como definido pela Instrução CVM nº 371.

O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é como segue:

	31.12.05	31.12.04
Crédito fiscal incorporado - reestruturação	-	24.968
Créditos tributários sobre provisões de:		
Obsolescência	2.051	714
Contingências	3.281	2.293
Créditos de liquidação duvidosa	11.151	3.425
Programa de fidelização	3.224	3.187
Fornecedores	9.783	7.343
Plano de pensão	3.030	3.357
Participação de empregados	1.219	1.474
Outros valores	7.288	767
Total de tributos diferidos	41.027	47.528
Circulante	31.033	24.968
Longo prazo	9.994	22.560
Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:		
a) Crédito fiscal incorporado: representado pelo saldo líquido de ágio e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (nota 20). Sua realização ocorre proporcionalmente à amortização do ágio.		
b) Diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda com créditos de liquidação duvidosa ou da realização dos estoques.		

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma).

	31.12.05	31.12.04
1. CONTEXTO OPERACIONAL		
A Celular CRT ("CRT" ou "Sociedade") é uma sociedade de capital fechado, que tem como controladora integral a Celular CRT Participações S.A.		
A Sociedade explora serviços de telefonia móvel celular no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com a autorização que lhe foi outorgada.		
A autorização concedida a Sociedade tem vigência até 17 de dezembro de 2007, e é renovável, uma única vez, pelo prazo adicional de 15 anos, mediante pagamento de taxas equivalentes a aproximadamente, 1% do faturamento anual.		
Os negócios da Sociedade, incluindo os serviços que pode prover, são regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações - "ANATEL", autoridade regulamentadora dos serviços de telecomunicações, de acordo com a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e respectivos regulamentos, decretos, decisões e planos complementares.		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações e as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).		
As demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2004 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.		
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
As práticas contábeis da Sociedade são similares às apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2005, da Celular CRT Participações S.A.		
4. DISPONIBILIDADES		
Caixa e bancos	4.809	5.829
Aplicações financeiras	347.902	482.194
Total	352.711	488.023
As aplicações financeiras referem-se, na sua maioria, a operações de renda fixa, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI"), com liquidez imediata.		
5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS		
Valores a receber de serviços a faturar	49.595	55.795
Valores a receber de serviços faturados	190.833	76.637
Valores a receber de interconexão	93.039	68.652
Valores a receber de mercadorias vendidas	32.776	71.472
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32.797)	(10.074)
Total	333.446	262.482
A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:		

**9. OUTROS ATIVOS**

	31.12.05	31.12.04
Depósitos judiciais	17.262	9.374
Adiantamento a empregados	1.351	977
Créditos com fornecedores	2.085	5.146
Créditos com empresas do grupo	5.809	7.303
Subsídio na venda de terminais	6.104	13.148
Outros ativos	527	392
Total	33.138	36.340
Circulante	21.832	26.985
Longo prazo	11.306	9.355

10. IMOBILIZADO, LÍQUIDO**a) Composição:**

	Taxas		Depre- ciação Acumulada	Imobi- lizado Líquido	Imobi- lizado Líquido
	Anuais de Depre- ciação %	Custo			
Equipamentos de transmissão	10,00 a 14,28	813.123	(571.956)	241.167	224.819
Equipamentos de comutação	14,28	339.432	(217.727)	121.705	88.749
Infra-estrutura	4,00 a 20,00	259.480	(104.286)	155.194	132.625
Terrenos	-	5.460	-	5.460	7.494
Direitos de uso de software	20,00	179.244	(106.637)	72.607	50.388
Prédios	4,00	21.857	(3.318)	18.539	15.954
Equipamentos terminais	66,67	133.139	(93.405)	39.734	33.183
Outros ativos	10,00 a 20,00	179.571	(115.784)	63.787	78.384
Bens e instalações em andamento	-	43.902	-	43.902	111.545
Total		1.975.208	(1.213.113)	762.095	743.141

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	31.12.05	31.12.04
Fornecedores	192.010	289.829
Interconexão / interligação	9.106	10.721
Valores a repassar SMP (a)	54.242	33.686
Assistência técnica (nota 21)	9.874	9.205
Outros	1.939	3.477
Total	267.171	346.918

(a) Valores a repassar SMP referem-se às chamadas VC2, VC3 e deslocamento faturados aos nossos clientes e repassados às operadoras de longa distância.

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	31.12.05	31.12.04
ICMS	15.297	16.528
Imposto de renda e contribuição social	52.917	31.599
PIS e COFINS	6.636	7.983
FISTEL	805	5.035
FUST E FUNTTEL	850	807
CIDE	121	-
Outros impostos, taxas e contribuições	476	206
Total	77.102	62.158

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**a. Composição da Dívida**

Descrição	Moeda	Encargos	Venci- mentos	31.12.05	31.12.04
Instituições financeiras:					
Banco Europeu de Investimento - financiamento externo	US\$	1,45% a.a.+Libor	14/09/2007	140.442	159.264
Citibank – OPIC	US\$	1,65% a.a + Libor	25/07/2005	-	33.180
Itaú - assunção de dívida	US\$	1,825% a.a + Libor	20/09/2005 a 03/10/2005	-	65.954
Citibank - Resolução 4131	US\$	1,55 % a.a + Libor	07/11/2005	-	6.636
Juros				2.286	2.932
Total				142.728	267.966
Circulante				2.286	108.702
Longo prazo				140.442	159.264

b) Cronograma de pagamento

Os montantes a longo prazo têm vencimento para o ano de 2007.

c) Cláusulas restritivas

A Sociedade possui empréstimos junto ao Banco Europeu de Investimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 é de R\$140.442 (R\$159.264 em 31 de dezembro de 2004). Nesta mesma data, diversos índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos pela Sociedade.

d) Cobertura

Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade possuía posições de "hedge" cambial de US\$61.180 mil (US\$114.542 mil em 31 de dezembro de 2004), para cobertura do total de suas obrigações cambiais. A sociedade, em 31 de dezembro de 2005, tinha registrado uma perda acumulada de R\$18.840 (ganho de R\$12.471 em 31 de dezembro de 2004) nestas operações de "hedge" cambial apresentado no balanço patrimonial como segue:

Descrição	31.12.05	31.12.04
Ativo circulante	52	6.123
Realizável a longo prazo	-	11.707
Total do Ativo	52	17.830
Passivo Circulante	(2.160)	(4.126)
Exigível a longo prazo	(16.732)	(1.233)
Total do Passivo	(18.892)	(5.359)
(Perda) ganho acumulado	(18.840)	12.471

e) Garantias

A garantia da Sociedade é como segue:

Banco	Garantia
Banco Europeu - BEI	Avais de bancos

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.05	31.12.04
Serviços a prestar pré-pago	31.988	44.754
Provisão programa de fidelização (a)	9.481	9.375
Obrigações com empresas do grupo	8.097	5.681
Provisão para fundo de pensão	8.913	9.874
Outras	7.445	7.438
Total	65.924	77.122
Circulante	58.246	69.268
Longo prazo	7.678	7.854

(a) A Sociedade possui programa de fidelização, em que ligações são transformadas em pontos para futura troca por aparelhos. Os pontos acumulados, líquidos de resgates, são provisionados considerando os dados históricos de resgates, pontos gerados e o custo médio do ponto.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui contingências administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

A composição dos saldos das provisões é como segue:

	31.12.05	31.12.04
Trabalhistas	2.187	885
Cíveis	7.463	5.173
Tributárias	-	686
Total	9.650	6.744
Circulante	7.071	4.718
Longo prazo	2.579	2.026

15.1. Processos Tributários**15.1.1. Perda Provável**

Não ingressaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2005, novas demandas tributárias relevantes com classificação de perda correspondente a "provável".

15.1.2. Perda Possível

Com base na opinião dos seus advogados e consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira e, portanto, não constituiu provisão em 31 de dezembro de 2005.

Em relação às demandas tributárias cuja possibilidade de perda seja classificada como possível, são destacadas as seguintes autuações:

a) ICMS

A Sociedade foi autuada pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul por não ter efetuado o recolhimento do ICMS supostamente incidente sobre as chamadas internacionais, originadas no Brasil com destino ao exterior, no período compreendido entre 1997 e 1998. Ocorreram os julgamentos destes processos administrativos, entretanto, os autos de lançamento não foram enviados à Procuradoria para inscrição em dívida ativa até 31/12/2005. A Administração acredita que a Sociedade antecessora (cindida) seja responsável por quaisquer obrigações tributárias resultantes da aplicação do ICMS sobre as receitas de serviços internacionais contabilizadas em períodos anteriores à sua constituição.

Consubstanciada na opinião de seus consultores legais, a Administração entende como possíveis a possibilidades de incorrerem em perdas decorrentes desse assunto e, sendo assim, não foi reconhecida qualquer provisão. O valor envolvido é de aproximadamente R\$72.284.

b) ISS

A fazenda do Município de Porto Alegre lavrou autuações fiscais que totalizam R\$1.720, cujos objetos são: i) R\$931 – ISS sobre habilitação; ii) R\$789 – ISS sobre serviços complementares (bloqueio, troca de número, informações, avisos, etc).

Todas essas autuações encontram-se pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes do Município de Porto Alegre.

c) Imposto de renda sobre operações de derivativos

Com o advento da Lei nº 9.779/99, os rendimentos auferidos em qualquer aplicação ou operação financeira de renda fixa ou de renda variável passaram a sujeitar-se à incidência do imposto de renda na fonte, mesmo no caso das operações de cobertura (hedge), realizadas por meio de operações de "swap" e outras, nos mercados de derivativos.

A Sociedade impetrou mandado de segurança com a finalidade de afastar a exigência do imposto de renda na fonte, de que trata a Lei nº 9.779/99, sobre o valor de resgate das aplicações financeiras de cobertura.

A decisão de 1º grau julgou improcedente o pedido, sendo que o recurso de apelação encontra-se aguardando julgamento. O valor de R\$1.777 foi objeto de depósito judicial, de modo que não há perspectivas de novos desembolsos.

15.2. Processos Cíveis e Trabalhistas

Inclui diversas demandas trabalhistas e cíveis, tendo sido contabilizada provisão conforme demonstrada anteriormente, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nessas causas.

Em relação às demandas cuja possibilidade de perda seja classificada como possível, o valor envolvido é de R\$32.245 para demandas cíveis e de R\$6.865 para demandas trabalhistas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, é composto por 445.439.548 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Sociedade e em consonância com a lei das Sociedades por Ações, que estabelecem os dividendos mínimos de 25% do resultado do exercício.

Os dividendos devidos, antes de imputados aos juros sobre o capital próprio, foram calculados como segue:

	2005	2004
Lucro líquido do exercício	141.454	190.620
Apropriação à reserva legal	(7.073)	(9.531)
Lucro líquido ajustado	134.381	181.089
Dividendos mínimos obrigatório	33.595	45.272
Juros sobre capital próprio		
bruto propostos	36.677	83.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.502)	(12.450)
Juros sobre capital próprio		
líquido propostos	31.175	70.550
Dividendos complementares	2.419	-
	33.594	70.550
	445.439.548	445.439.548

c) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio, como resultado da reestruturação societária da Sociedade, a qual será capitalizada em favor do acionista controlador, quando da efetiva realização do benefício fiscal.

d) Reserva de Lucros**d.1) Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido anual até que essa reserva seja igual a 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital; a partir de então, as apropriações a essa reserva não são mais obrigatórias. Essa reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

d.2) Reserva especial para expansão e modernização

A reserva especial para expansão e modernização tem como base o orçamento de capital elaborado pela Administração, onde demonstra a necessidade de recursos para projetos de investimentos para os próximos exercícios.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Sociedade provisiona as parcelas para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando o recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, conforme nota 7. A seguir, a composição da despesa com imposto de renda e contribuição social:

	31.12.05	31.12.04
Despesa de imposto de renda	(57.152)	(46.837)
Despesa de contribuição social	(20.903)	(17.040)
Imposto de renda diferido	13.579	4.982
Contribuição social diferida	4.888	1.794
Total	(59.588)	(57.101)

A seguir é apresentada uma reconciliação da despesa dos impostos sobre a renda divulgados, eliminando os efeitos do benefício fiscal do ágio, e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34%:

	31.12.05	31.12.04
Lucro antes de impostos	164.365	164.721
Despesa tributária pela alíquota oficial combinada	(55.884)	(56.005)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(4.432)	(1.461)
Exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	-	-
Outras exclusões	728	365
Despesa tributária	(59.588)	(57.101)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**a) Considerações sobre Risco**

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de Crédito: decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de telecomunicações prestados a seus clientes e das vendas de aparelhos para a rede de distribuidores, bem como do risco relativo a aplicações financeiras e valores a receber de operações de swap.

Risco de Taxas de Juros: decorre da parcela da dívida e das posições passivas em derivativos contratados a taxas flutuantes, e envolve o risco das despesas financeiras subirem por um movimento desfavorável nas taxas de juros (principalmente Libor e CDI).

Risco de Taxas de Câmbio: possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

A Sociedade exerce uma postura ativa sobre o gerenciamento dos diversos riscos a que está sujeita, através de um conjunto de iniciativas, procedimentos e políticas operacionais abrangentes que permitem mitigar os riscos inerentes ao exercício das suas atividades.

Risco de Crédito

O risco de crédito relativo à prestação de serviços de telecomunicações é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de aparelhos pós-pagos. Em 31 de dezembro de 2005 a Sociedade tem 75,53% (75,50% em 31 de dezembro 2004) da sua base de clientes na modalidade pré-pago, que requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito.

O risco de crédito na venda de aparelhos é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de "credit scoring", análise de balanço e consulta a bases de dados comerciais bem como o controle automático de liberação das vendas integrado com o módulo de distribuição do software ERP da SAP.

A Sociedade também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de "swap". A Sociedade atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Risco de Taxas de Juros

A Sociedade está exposta ao risco das taxas de juros subirem, especialmente a composta de juros associados ao custo dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, em função da parte passiva das operações com derivativos (Hedge Cambial). Entretanto, o saldo de aplicações financeiras, também indexadas ao CDI, neutraliza este efeito.

Os empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira apresentam igualmente risco das taxas de juros (libor) subirem. Em 31 de dezembro de 2005, estas operações somavam US\$60.000 mil (US\$99.847 mil em 31 de dezembro de 2004).

Do total de empréstimos e financiamentos associados a taxas de juros externas variáveis (libor), US\$60.000 mil têm proteção contra variações na taxa de juros (libor) através de derivativos ("swap" de taxa de juros).

Risco de Taxas de Câmbio

A Sociedade tem contratado operações financeiras com derivativos de forma a proteger-se da variação cambial decorrente de empréstimos e outras obrigações em moedas estrangeiras. Os instrumentos usualmente utilizados são contratos de "swap".

O quadro abaixo resume a exposição líquida da Sociedade ao fator taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2005:

	Em milhares de US\$
Empréstimos e financiamentos	(60.977)
Instrumentos derivativos	61.180
Outras obrigações	(208)
Total	(5)

a) Operações com Derivativos

A Sociedade registra os ganhos e as perdas com contratos de derivativos como receitas ou despesas financeiras líquidas.

O quadro abaixo apresenta uma estimativa da avaliação do valor contábil e do valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como das operações com derivativos:

	Valor contábil	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
Empréstimos e financiamentos	(142.728)	(147.214)	(4.486)
Instrumentos derivativos	(18.840)	(11.739)	7.101
Outras obrigações	(487)	(487)	-
Total	(162.055)	(159.440)	2.615

b) Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

O valor de mercado dos empréstimos e financiamentos, bem como dos contratos de swaps, foi determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxas de juros disponíveis.

Os valores de mercado são calculados em um momento específico com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias, dessa forma, as estimativas indicadas não representam necessariamente valores de realização a mercado. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

19. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios definidos: A Sociedade patrocinava planos de previdência privada de benefícios definidos (plano de benefícios fundador e o plano de benefícios alternativo), os quais eram administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT.

Em 21 de dezembro de 2001, a Sociedade e a Brasil Telecom S.A., patrocinadoras da FCRT, firmaram Termo de Compromisso visando à desvinculação total entre as patrocinadoras, mediante a retirada da Sociedade como patrocinadora, bem como a garantia de que essa retirada seja realizada estritamente de acordo com a legislação aplicável, respeitando os direitos dos participantes, o qual foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 30 de dezembro de 2003.

Muito embora a legislação vigente permita que sejam suspensos os descontos das contribuições de patrocinadoras e de seus participantes, de janeiro de 2002 a dezembro de 2003, a Sociedade vinha efetuando os recolhimentos, como forma de ressalvar e preservar direitos dos participantes, até a efetiva retirada da Sociedade como patrocinadora da FCRT.

Na avaliação atuarial dos planos foi adotada a metodologia para retirada de patrocinadora, determinada conforme Resolução MPAS CPC nº 06/88.

As reservas foram avaliadas individualmente com base na metodologia imposta pela referida Resolução para cada uma das categorias (assistidos e pensionistas, ativos riscos iminentes e ativos riscos não iminentes).

A partir de outubro de 2004, a Sociedade vem efetuando repasses ao Sistel, conforme acordado com a FCRT, do valor previsto como reserva de poupança dos colaboradores ativos da Sociedade, que fizeram a opção de migração do Plano Alternativo/Fundador da FCRT para o Plano Visão, perfazendo em 31 de dezembro de 2005 o montante de R\$9.515. Em 31 de dezembro de 2005 o valor provisionado no passivo de R\$8.677, R\$4.585 refere-se a Reserva de Retirada dos participantes com Termo de Intenção de Migrar para o BrTPrev, e que estão aguardando os processos junto ao INSS para a obtenção de aposentadoria. O saldo provisionado deverá ser repassado durante o exercício de 2006, após concluído o trabalho de validação dos valores apresentados.

Encontra-se em análise o valor apresentado pela BrTPrev como exigível contingencial de natureza judicial e



As contribuições da Sociedade ao plano Visão Celular são iguais às dos participantes, variando de 0% a 9% do salário de participação, em função do percentual escolhido pelo participante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade efetuou contribuições ao Plano Visão Celular no montante de R\$901 (R\$585 em 31 de dezembro de 2004).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade reconheceu de modo proporcional o custo atuarial no montante de R\$235 (R\$479 em 31 de dezembro de 2004) relativo a estes custos, em conta de outras despesas operacionais.

20. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 11 de outubro de 2000, foi concluído o processo de reestruturação societária, no qual foi transferido o ágio pago no processo de desestatização da Sociedade controladora para sua controlada.

As demonstrações financeiras, mantidas para fins societários e fiscais da controlada, registram contas específicas relacionadas com ágio e provisão incorporados e correspondente amortização, reversão e crédito fiscal, cujos saldos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 são como segue:

	Saldo na data da incorporação	
	31.12.05	31.12.04
Balanco:		
Ágio – incorporado	489.561	–
Provisão – incorporada	(326.036)	–
Saldo	<u>163.525</u>	<u>–</u>
Resultado:		
Amortização do ágio	73.434	97.912
Reversão da provisão	(48.466)	(64.622)
Crédito fiscal	<u>(24.968)</u>	<u>(33.290)</u>
Efeito no resultado	<u>–</u>	<u>–</u>

Como demonstrado, a amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do correspondente crédito fiscal resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Objetivando uma melhor apresentação das situações financeira e patrimonial da controlada e do resultado de suas operações nas demonstrações financeiras, o valor líquido de R\$24.968 em 31 de dezembro de 2004, que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante, como impostos diferidos (vide nota 7).

O crédito fiscal incorporado é capitalizado na medida de sua realização efetiva. A sociedade absorveu integralmente os créditos fiscais gerados no ano.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas não consolidadas são:

a) Comunicação via celular local e para longas distâncias e uso de redes: essas transações envolvem as empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador: Telesp Celular S.A., Global Telecom S.A., Telerj Celular S.A., Telest Celular S.A., Telebahia Celular S.A., Telergipe Celular S.A., Tele Centro Oeste Celular S.A., Telems Celular S.A., Teleron Celular S.A., Telemat Celular S.A., Teleacre Celular S.A., Telegoiás Celular S.A. e NBT S.A. e Telecomunicações de São Paulo S.A. Parte dessas transações foi estabelecida com base em contratos firmados pela TELEBRÁS com as operadoras concessionárias em período anterior à privatização, sendo as condições regulamentadas pela ANATEL.

b) Assistência técnica: refere-se à prestação de serviços de assistência técnica a TBS Celular Participações S.A., calculado com base em percentual aplicado sobre a receita líquida de serviços atualizados pela variação da moeda.

c) Prestação de serviços corporativos: os quais são repassados à Sociedade pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.

d) Prestação de serviços de tele-atendimento: pela Atento Brasil S.A. e Mobitel S.A - Dedic aos usuários dos serviços de telecomunicações da Sociedade, contratado por 12 meses, renováveis por igual período.

e) Serviços de operador logístico e assessoria contábil financeira: pela Telefônica Gestão de Serviços Compartilhados Ltda.

f) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: pela Terra Network Brasil.

g) Manutenção: do sistema de controle de rentabilidade e custos pela Telefônica Mobile Solution do Brasil.

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas não consolidadas:

	31.12.05	31.12.04
Ativo:		
Contas a receber, líquidas	6.130	3.926
Créditos com empresas do grupo	5.809	7.303
Passivo:		
Fornecedores e contas a pagar	(12.385)	(16.503)
Assistência técnica	(9.874)	(9.205)
Obrigações com empresas do grupo	(8.097)	(5.681)
Receitas de serviços de telecomunicações	27.927	23.042
Custo de vendas e serviços	–	(328)
Despesas com vendas	(52.199)	(31.598)
Despesas gerais e administrativas	(19.979)	(16.712)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(27)	2.462
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.587)	–

22. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Em 22 de fevereiro de 2006 foi aprovado em Assembléia Geral a incorporação da Celular CRT Participações S.A. pela Telesp Celular Participações S.A. ("TCP"), atualmente Vivo Participações S.A., conforme anteriormente proposto pelo Conselho de Administração e comunicado ao mercado.

DIRETORIA

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA

Diretor Presidente

PAULO CESAR PEREIRA TEIXEIRA

Vice-Presidente Executivo de Finanças, Planejamento e Controle e

Vice-Presidente Executivo de Operações

LUIS FILIPE SARAIVA CASTEL-BRANCO DE AVELAR

Vice-Presidente Executivo de Marketing e Inovação e

Vice-Presidente de TI e Eng^a de Produtos e Serviços

JAVIER RODRÍGUEZ GARCÍA

Vice-Presidente Tecnologia e Redes

ROBERTO OLIVEIRA DE LIMA

Vice-Presidente de Regulamentação e Relações Institucionais

GULHERME PORTELA SANTOS

Vice-Presidente de Clientes

CONTADOR

CLAIRTON MORAES DE SANTANA

CRIC: SP 196529/S/RS